Paraná Fala Idiomas - Português – projeto piloto ou política linguística?

Paraná Fala Idiomas – Português –
¿proyecto piloto o política lingüística?

DOI: https://doi.org/10.21747/30517036/seb3a7

Wesley Henrique Prates
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Brasil
Afiliação institucional atual: SUNY Cortland, Estados Unidos
wesleyhenriqueprates@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/7704040326820850

João Carlos Dias Furtado
Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Brasil
joao.furtado@uenp.edu.br
http://lattes.cnpq.br/8086963414003127

Elis Gorett da Silveira Lemos
Tradutora e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Brasil
elisgorettlibras@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/7207382269146454

Adaimé Neto Ramos
Tradutora, intérprete e professora de Língua Gestual de São Tomé e Príncipe
Associação de Surdos de São Tomé e Príncipe
adaimer14@gmail.com

Maria Daniela Mendes
Tradutora e intérprete de Língua Indígena de Sinais (LIS), Brasil
Tradutora e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)
danimendes13091981@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/4343462369668084

Cleonis Viater Figueira
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Brasil
Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil
cleonis@utfpr.edu.br
http://lattes.cnpq.br/2186997793739794

Carina Merkle
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil
Estágio pós-doutoral
carinadebeltrao@gmail.com
http://lattes.cnpq.br/2891086165049465

Recebido: 13/01/2026
Aceite: 28/02/2026

RESUMO: O Paraná Fala Idiomas (PFI) constitui uma política linguística do estado do Paraná, Brasil, voltada às instituições de ensino superior estaduais, promovendo o ensino, a pesquisa e a extensão em inglês, francês e espanhol. Entre 2022 e 2024, desenvolveu-se um projeto piloto, o PFI-Português, concebido para acolher, linguisticamente, pesquisadoras ucranianas e seus familiares, viabilizado por um edital da Fundação Araucária. Este artigo analisa criticamente o PFI-Português como um artefato de política linguística, questionando se sua implementação representa uma resposta emergencial circunscrita ou um embrião de reconfiguração da política linguística estadual. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseou-se na análise documental de 13 documentos oficiais e didáticos. Os resultados evidenciam uma tensão estruturante entre a lógica de projeção externa do PFI (por meio de línguas estrangeiras) e a lógica de integração interna do projeto piloto (por meio do português como língua de acolhimento). Conclui-se que o PFI-Português, ao transcender sua condição inicial de resposta de urgência, sinaliza a possibilidade de inserção orgânica da língua portuguesa como objeto de planejamento linguístico explícito no âmbito do PFI, o que impacta a visibilidade do português nas instituições de ensino superior paranaenses. Como desdobramento do compromisso com a acessibilidade linguística, este trabalho também foi sinalizado em Língua Brasileira de Sinais e em Língua Gestual de São Tomé e Príncipe, prática que, ao ser integrada à argumentação, tensiona a centralidade do texto escrito e amplia os regimes de circulação do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Paraná Fala Idiomas; internacionalização; língua portuguesa; política linguística; línguas de sinais.

RESUMEN: Paraná Fala Idiomas (PFI) constituye una política lingüística del estado de Paraná, Brasil, dirigida a las instituciones de educación superior estatales, promoviendo la enseñanza, la investigación y la extensión en inglés, francés y español. Entre 2022 y 2024, se desarrolló un proyecto piloto, el PFI-Portugués, concebido para acoger lingüísticamente a investigadoras ucranianas y a sus familiares, viabilizado mediante una convocatoria de la Fundación Araucária. Este artículo analiza críticamente el PFI-Portugués como un artefacto de política lingüística, cuestionando si su implementación representa una respuesta de emergencia circunscrita o un embrión de reconfiguración de la política lingüística estatal. La investigación, de naturaleza cualitativa, se basó en el análisis documental de 13 documentos oficiales y didácticos. Los resultados evidencian una tensión estructurante entre la lógica de proyección externa del PFI (por medio de lenguas extranjeras) y la lógica de integración interna del

proyecto piloto (por medio del portugués como lengua de acogida). Se concluye que el PFI-Portugués, al trascender su condición inicial de respuesta de urgencia, señala la posibilidad de inserción orgánica de la lengua portuguesa como objeto de planificación lingüística explícita en el ámbito del PFI, lo que impacta la visibilidad del portugués en las instituciones de educación superior de Paraná. Como desdoblamiento del compromiso con la accesibilidad lingüística, este trabajo también fue señalado en Lengua de Señas Brasileña y en Lengua de Señas de Santo Tomé y Príncipe, práctica que, al integrarse a la argumentación, tensiona la centralidad del texto escrito y amplía los regímenes de circulación del conocimiento.

PALABRAS-CLAVE: PFI; Internacionalización; Lengua portuguesa; Lengua de señas.

Introdução

A internacionalização do ensino superior nas instituições de ensino superior (IES) paranaenses tem sido sustentada por políticas linguísticas que atribuem valor estratégico a determinadas línguas e aos regimes de circulação do conhecimento (Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, s.d.). Nesse cenário, políticas de línguas não se reduzem a "ofertas de curso"; elas envolvem decisões sociais, coletivas e/ou individuais, explícitas e implícitas que organizam status, funções e legitimidades linguísticas no espaço institucional (Calvet, 2002; Shohamy, 2006; Spolsky, 2004).

No Paraná, esse vínculo se materializou no programa Paraná Fala Idiomas (PFI), criado em 2014 e financiado pelo Fundo Paraná, coordenado pela Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). O PFI consolidou-se como política de Estado ao estruturar, com financiamento e desenho institucional relativamente estáveis, a oferta de línguas adicionais como instrumento de internacionalização nas universidades estaduais (Calvet, 2007; SETI, 2023a, 2023b; Spolsky, 2004).

Este artigo analisa criticamente o PFI-Português, um projeto piloto desenvolvido entre 2022 e 2024 para acolher, linguisticamente, pesquisadoras ucranianas e seus familiares. O objetivo é contribuir para a discussão sobre o lugar da língua portuguesa na política linguística paranaense, examinando (i) como documentos oficiais enquadram o projeto; (ii) como a política se materializa em práticas e materiais didáticos; e (iii) quais tensões emergem entre a lógica de internacionalização por línguas adicionais e a lógica do acolhimento linguístico (Calvet, 2002; Shohamy, 2006).

Metodologia

Este estudo configura-se como uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso situado no estado do Paraná, Brasil (Yin, 2018). A metodologia empregada foi a pesquisa documental e bibliográfica (Bardin, 2011; Cellard, 2008), com o corpus composto intencionalmente por 13 documentos oficiais e didáticos, publicados ou produzidos entre 2022 e 2024. Foram incluídos documentos normativos (editais, chamadas públicas, encomendas governamentais), notícias institucionais e materiais didáticos que mencionassem explicitamente o PFI e/ou o ensino de português no contexto do acolhimento a cientistas ucranianas. Comunicações pessoais e rascunhos internos não oficializados foram excluídos.

A análise de conteúdo foi conduzida em três etapas inter-relacionadas: (a) organização e categorização preliminar a partir do referencial teórico; (b) codificação colaborativa e identificação de tensões, focando em mudanças lexicais, omissões e justaposição de lógicas; e (c) síntese interpretativa, confrontando as evidências com o referencial teórico, que integra as perspectivas da política linguística (Calvet, 2002; Spolsky, 2004), do Português como Língua de Acolhimento (PLAc) (Grosso, 2010; Mendes, 2011) e do Ensino Remoto de Emergência (ERE) (Hodges et al., 2020).

A Política Linguística PFI e a emergência de uma tensão

A análise do corpus normativo permite caracterizar o Paraná Fala Idiomas (PFI) como um arranjo linguístico-institucional estável, materializando uma política linguística de Estado com objetivos claros. Essa orientação aparece de modo especialmente nítido na Encomenda Governamental EG nº 06/2023 (NOR-SETI-FP-2023-03), que estrutura formalmente o programa em subprogramas de línguas adicionais – inglês, francês e espanhol – consolidando o PFI como um instrumento de internacionalização do ensino superior (Calvet, 2002, 2007).

Nesse desenho normativo original, a língua portuguesa ocupa um lugar paradoxal: funciona como infraestrutura tácita (a língua "do chão" pressuposta no funcionamento institucional), enquanto é silenciada como objeto de planejamento linguístico explícito no âmbito do programa (Spolsky, 2004).

É justamente aí que o corpus documental abre uma fissura discursiva e operacional. Em resposta ao conflito na Ucrânia e ao deslocamento forçado, o Estado cria o Programa de Acolhida (NOR-SETI-FA-2022-01). Esta contingência catalisa um deslocamento significativo: documentos subsequentes passam a acionar a estrutura do PFI para uma finalidade não prevista – a oferta de português para integração local (NOT-FA-2022-03; NOT-SETI-2022-04). Analiticamente, essa adaptação emergencial ilustra como as políticas linguísticas,

longe de serem textos estáticos, são processos dinâmicos que se reconfiguram na articulação com contextos sócio-históricos imprevistos (Calvet, 2002; Shohamy, 2006).

A mudança é registrada nos documentos por uma mudança lexical significativa – de "internacionalização" para "acolhimento" e "integração" –, sinalizando uma reorientação programática profunda. No nível analítico, emerge uma nítida justaposição de lógicas (Shohamy, 2006): a Lógica de Projeção Externa (PFI normativo), voltada para o exterior, instrumentalizando línguas estrangeiras como ferramentas de competitividade global; e a Lógica de Integração Interna (PFI-Português), voltada para o interior, instrumentalizando a língua portuguesa como tecnologia de acolhimento, acesso a direitos e pertencimento local (Grosso, 2010; Pinho & Ançã, 2022). O português, antes silenciado, passa a ser tematizado como objeto de planejamento, contudo, sob a rubrica da emergência e do projeto piloto.

O Projeto piloto PFI-Português: materializações e tensões

Para compreender a materialização dessa política linguística emergencial, é crucial distinguir seu contexto operacional de Ensino Remoto de Emergência (ERE) de um modelo planejado de Educação a Distância (EaD) (Hodges et al., 2020). O ERE, caracterizado pela transição abrupta e temporária em resposta a uma crise, marcou o PFI-Português, que teve que assegurar continuidade pedagógica com os recursos disponíveis, priorizando soluções imediatas como o uso de Google Meet e Google Classroom (NOT-SETI-2022-04).

Essa materialização institucional-operacional evidencia a lógica da exceção. A incorporação do português ao PFI não derivou de seu ato normativo fundador, mas de uma engrenagem paralela de implementação do acolhimento. A exigência de domínio de inglês e ucraniano para os bolsistas (NOT-SETI-2022-04) reforça o caráter emergencial, onde a competência plurilíngue do docente é mobilizada como recurso de crise.

No eixo curricular-didático, a análise dos planos de curso (DID) revela uma "pedagogia da urgência" alinhada ao PLAc. O plano de nível A1.2 (DID-PFI-PT-2023-02) define “inclusão e integração” como horizonte, listando situações de uso vinculadas a domínios práticos como saúde, trabalho e moradia. A progressão curricular evidencia uma tensão dinâmica. O plano de nível A2.2 (DID-PFI-PT-2023-03) mantém a abordagem comunicativa, sugerindo uma padronização interna em gestação. Este movimento culmina com a “virada para a literacia acadêmica” no plano dedicado a “Gêneros Acadêmicos (Resenha)” (DID-PFI-PT-2024-04). O projeto, nascido do ERE e do acolhimento social imediato, transcende sua condição de resposta de urgência para assumir uma

função de socialização acadêmica de longo prazo, subvertendo e expandindo a lógica original do PFI.

Conclusões

Os resultados evidenciam uma tensão estruturante entre duas racionalidades: a do PFI consolidado, definido normativamente como política de internacionalização via línguas estrangeiras, e a lógica do acolhimento emergencial, que exigiu o planejamento do português como tecnologia de acesso, pertencimento e permanência em contexto migratório (Grosso, 2010; Souza et al., 2021). Essa tensão materializou-se na implementação operacional, marcada pelas contingências do ERE, e, de forma mais substantiva, no desenho pedagógico, que evoluiu dos repertórios de sobrevivência à literacia acadêmica. O acolhimento linguístico, para pesquisadoras migrantes, transcende a funcionalidade comunicativa imediata, demonstrando que a permanência e a produção científica são também mediadas por condições linguísticas planejadas.

A análise sustenta que o PFI-Português, longe de ser uma mera medida de exceção, configura um laboratório de reconfiguração política. Ele opera utilizando a infraestrutura do PFI, mas introduzindo a lógica da integração interna, gerando uma documentação pedagógica que evolui para uma progressão curricular estabilizada e deslocando o português do estatuto de língua tácita para o de língua-alvo de um planejamento explícito.

No plano normativo, esta análise reforça que as discussões sobre acessibilidade e justiça linguística, incluindo o lugar das línguas de sinais, devem ser integradas ao núcleo do desenho de políticas inclusivas. A sinalização deste artigo em Língua Brasileira de Sinais e em Língua Gestual de São Tomé e Príncipe, ao ser incorporada à argumentação, exemplifica uma prática concreta que tensiona a centralidade do texto escrito e amplia os regimes de circulação do conhecimento.

Reconhecem-se os limites do recorte metodológico: a análise documental não substitui investigações etnográficas centradas na experiência dos atores. Pesquisas futuras poderiam explorar os efeitos do PFI-Português na trajetória acadêmica das cientistas acolhidas e na escalabilidade do modelo para outros contextos de migração. A experiência do PFI-Português oferece, assim, um aceno de possibilidade para a inserção do português não só como um projeto, mas como um idioma integrado à política linguística paranaense, impactando sua visibilidade e posicionamento nas IES e quiçá internacionalmente.

Referências

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trads.)*. Edições 70.

Calvet, L.-J. (2002). *Le marché aux langues: Les effets linguistiques de la mondialisation*. Plon.

Calvet, L.-J. (2007). *As políticas linguísticas*. Parábola Editorial.

Cellard, A. (2008). *A análise documental*. In J. Poupart, J.-P. Deslauriers, L.-H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer & A. P. Pires (Orgs.), *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 295–316). Vozes.

Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná. (2022a, 25 março). *Programa anunciado pelo Governo do PR, Araucária e Seti prioriza a acolhida e integração das cientistas ucranianas*. https://www.fappr.pr.gov.br/Noticia/Programa-anunciado-pelo-Governo-do-PR-Araucaria-e-Seti-prioriza-acolhida-e-integracao-das

Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná. (2022b, 15 abril). *Governo do Paraná vai investir R$ 18 milhões de reais no Programa Paranaense de Acolhida a Cientistas Ucranianas*. https://www.fappr.pr.gov.br/Noticia/Governo-do-Parana-vai-investir-R18-milhoes-de-reais-no-Programa-Paranaense-de-Acolhida

Grosso, M. J. (2010). *Português língua de acolhimento*. In A. Mendes & I. Tavares (Orgs.), Ensino de português língua não materna: Investigação e didática (pp. 27–38). Lidel.

Hodges, C., Moore, S., Locke, B., Trust, T., & Bond, A. (2020). *The difference between emergency remote teaching and online learning.* Educause Review. https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning

Mendes, E. (2011). *Português como língua de acolhimento: Uma reflexão crítica* [Trabalho apresentado]. I Colóquio Internacional sobre Português Língua não Materna, Lisboa, Portugal.

Paraná. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. (2022a, 30 março). *Governo seleciona profissionais para ensinar português a ucranianas acolhidas no Paraná.* https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Governo-seleciona-profissionais-para-ensinar-portugues-ucranianas-acolhidas-no-Parana

Paraná. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. (2023b). **Encomenda governamental EG 06/2023 – Programa Paraná Fala Idiomas (PFI/PFF/PFE)**. https://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-06/encomenda_governamental_eg_06_2023_pfivsfinal7jun.pdf

Paraná. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. (s.d.). *Paraná Fala Idiomas.* https://www.seti.pr.gov.br/ParanaFaladliomas

Pinho, A. S., & Ançã, M. H. (2022). *Aprender português língua de acolhimento, em contexto não formal: Imigrantes e refugiados em Portugal.* Revista Lusófona de Educação, 58, 31–49. https://research.ulosofona.pt/pt/publications/aprender-portugu%C3%AAas-l%C3%ADngua-de-acolhimento-em-contexto-n%C3%A3o-formal-i-8/

Shohamy, E. (2006). *Language policy: Hidden agendas and new approaches.* Routledge.

Spolsky, B. (2004). *Language policy.* Cambridge University Press.

Yin, R. K. (2018). *Case study research and applications: Design and methods (6th ed.)*. Sage Publications.